Globethics Repository



Coincidéncias e diferenças nos modelos económicos [Coincidences and differences in economic models]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Cano, Wilson
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-10 15:49:50
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163375

COINCIDÊNCIAS E DIFERENÇAS NOS MODELOS ECONÔMICOS: GOVERNO MILITAR, FHC E LULA

Entrevista com Wilson Cano

Wilson Cano bacharelou-se em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizou o doutorado em Ciências Econômicas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp . Na Unicamp, prestou concursos para livre-docente, professor adjunto e professor titular. Foi diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas no período de 1982 a 1986. É professor do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp. Cano estuda os problemas do Brasil e da América Latina há mais de 30 anos. Trabalha para identificar as razões que levam ao subdesenvolvimento. Seus livros mais recentes são: ***Introdução à Economia****. São Paulo: Editora UNESP, 2001;* ***Soberania y Política Económica en América Latina****, 2001; e* ***Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil****. Campinas: Editora Unicamp, 2002.*

***IHU On-Line* – Qual é o significado de fazer memória dos 40 anos do golpe de estado acontecido em 1º de abril de 1964?**

Wilson Cano – Sempre é bom relembrar um momento crítico pelo qual o povo pode ter passado, uma revolução, uma catástrofe, uma guerra, um golpe militar, enfim, é uma data extremamente significativa. A ditadura já passou. Nós conseguimos reingressar num processo de redemocratização do País, mas é sempre bom lembrar o significado daquilo, principalmente para que se possa fazer um balanço da história e tentar indagar que efeitos aquele fato social gerou, positivos e negativos, e como eles se desenrolaram ao longo do tempo desses 40 anos.

***IHU On-Line* - Em relação ao modelo econômico do governo militar, como o senhor o descreveria?**

Wilson Cano – A economia brasileira, como toda a economia latino-americana, estava vivendo a crise do início e meados dos anos 1960, que decorre de um esgotamento de um processo de crescimento intenso. Quase toda a América Latina viveu essa crise, no pós-guerra, ou mesmo entre os anos 1930 e início da década de 1960. Eu chamo isso de uma estabilização mais fácil. Isso foi possível graças a uma série de circunstâncias internas e externas e a uma estabilização que, retirado o caso brasileiro e uma parte do caso argentino, estava muito mais calcada em setores leves, não muito complexos, de tecnologia mais simples. O Brasil havia dado passos muito mais avantajados e havia montado uma indústria de bens duráveis e principalmente uma indústria de bens de capital. Nesse sentido, ele é quase uma exceção na América Latina, salvo uma pequena proporção da indústria argentina que também havia avançado nesse setor. No esgotamento desse processo de crescimento anterior, a economia e a sociedade exigiam uma série de reformulações profundas para que se pudesse repensar uma outra alternativa de crescimento.

***IHU On-Line*- Que reformulações eram essas?**

Wilson Cano- Primeiro, havia o Estado Velho, que era o estado de 1929, todo remendado e precisava de uma reestruturação, e notadamente reclamava uma reforma fiscal tributária de envergadura. Em segundo lugar, a economia já era muito diferente, mas complexa, nós tínhamos ingressado na estabilização e portanto o sistema financeiro reclamava, também, reformulações que pudessem ampliar e regulamentar o crédito ao consumidor, porque as pessoas queriam comprar geladeira, televisão, automóveis, e não apenas utensílios mais baratos. A indústria e a agricultura também demandavam financiamentos mais pesados de longo prazo. Os nossos sistemas financeiros eram completamente inadequados para atender a essas reclamações. Além disso, havia outros tipos de problemas no ar. A esquerda reivindicava

uma série de reformas, como a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma tributária, a reforma do ensino. Como perdemos o ibope durante o golpe militar, quem fez as reformas naturalmente foi a direita, não exatamente como nós pretendíamos, mas fez para atender principalmente aos interesses dela. De qualquer forma, algumas dessas reformas foram extremamente positivas para a continuidade de crescimento do País. Por exemplo, a reforma tributária, a instituição da correção monetária que permitiu ao estado corrigir a sua dívida e seus títulos e, portanto, ampliar o seu financiamento, a reforma do sistema financeiro que aumentou o crédito ao consumidor, a reforma do crédito rural, a reforma para o financiamento de bens de capital no BNDS, e foram tantas que evidentemente eram sumamente necessárias. Junto com isso, foram feitas outras coisas que evidentemente nós não desejávamos, como a eliminação da estabilidade do trabalhador, em troca do fundo de garantia. Outras coisas foram bem feitas, como a instituição da caderneta de poupança e o sistema federal de habitação, que, no início, tinha como objetivo atender as demandas de habitação das classes de menor renda. Esse período de reformas foi positivo e é ele que vai permitir o primeiro avanço colossal que se dá na primeira fase do "milagre brasileiro". Entre 1967 e 1970, o crescimento é vertiginoso, em torno de 10% ao ano. O crescimento era muito fácil, porque havia capacidade ociosa no setor privado. O estado teve as suas finanças revigoradas depois de, portanto, ampliar o gasto público, o investimento e a unidade de custeio. No período de 1970 a 1973, na continuidade do "milagre", os militares, percebendo que a economia, crescendo a uma faixa tão alta, trazia uma série de efeitos econômicos e políticos importantes para eles, porque, com uma taxa de crescimento elevada, aumentava o emprego e, portanto, a classe trabalhadora não tinha motivo para reclamar dos salários baixos ou de desemprego que não havia mais. A classe média, porque, com o avanço da estabilização, se criaram muitos postos de trabalho moderno, de nível qualificado, com salários mais elevados e ela, portanto, teve ascensão social. O empresariado, porque ganhou como nunca na vida, não só pelo crédito fácil, mas também pelo crédito subsidiado. A agricultura se modernizou, etc. Porém os militares acharam que poderiam continuar crescendo a taxas tão altas como 10% pelo resto dos seus dias. O Geisel, como ingressou em março de 1974, tentou conduzir a política econômica na mesma direção, porque evidentemente ele já se defrontava com o problema de reproduzir o recorde inflacionário, com o problema de balanço de pagamentos, com a inflação, e com dificuldades de financiamento externo. Então teve que fazer uma política de ajuste, mas ele insistiu na mesma tecla no sentido de se atingir o Brasil potência, converter o País numa quarta ou quinta potência econômica mundial. Um erro gravíssimo que ele cometeu, porque nós demos passos muito maiores que nossas pernas permitiam.

***IHU On-Line*- Sua leitura, então assinala fatos positivos e negativos no modelo econômico do governo militar?**

Wilson Cano- Os fatos positivos são: a taxa de emprego foi fenomenalmente alta, o PIB cresceu, como tinha crescido nos anos 1930, ou seja, mais de 10% ao ano. A urbanização avançou sobremodo, nós ampliamos consideravelmente a classe média, modernizamos parte da agricultura e uma parte substancial do setor industrial. Os fatos negativos são: nós tivemos um crescimento tão elevado da produtividade que poderíamos ter praticado evidentemente uma política de redistribuição de renda urbana bastante considerável, e isso não foi feito. Em segundo lugar, para que a classe média ficasse cooptada e apoiasse os militares, eles passaram a desviar parte substancial dos recursos da política de habitação para o financiamento da habitação da classe média e menos para o financiamento das classes populares. Em terceiro lugar, piorou a distribuição de renda. Em quarto lugar, não se fez a reforma agrária. Passados mais alguns anos, a partir de 1976, 1977, os problemas

internacionais começaram a se agravar. O segundo choque de petróleo, o primeiro foi em 1976, o segundo foi em 1979, a inflação internacional e a crise financeira internacional cresceram e, no período de 1977 a 1979, o capital financeiro internacional começou a fechar as torneiras para os países subdesenvolvidos e foram totalmente fechadas na passagem de 1979 a 1980. Isso significava afogar todo aquele processo de euforia e elevado crescimento, porque ele estava calcado no financiamento externo via endividamento. A maioria dos países latino-americanos fizeram isso. Endividaram-se, porque era muito fácil obter empréstimos internacionais, e a taxa de juros, durante muitos anos, foi negativa. Todos incorreram no mesmo problema e todos também tiveram como objetivo transformar a sua agricultura, transformar a sua indústria e tentar com isso alterar a estrutura da pauta exportadora. Hoje nós temos uma pesadíssima herança negativa que é a dívida externa e a dívida pública interna.

***IHU On-Line* – A origem da dívida externa e interna estariam naqueles anos?**
Wilson Cano – Entre 1968 e 1973, 1974, 1975. É essa a origem.

***IHU On-Line* – A partir dessas bases, desses alicerces, como foi nos anos posteriores?**
Wilson Cano – No meu livro *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil*. (Campinas: Unicamp, 2002), eu denomino esse capítulo de "O sonho acabou". O financiamento externo foi totalmente cortado, a inflação contaminou praticamente todos os países latino-americanos, em especial o Brasil e a Argentina, caminhamos para inflações muito elevadas e tivemos a década de 1980 inteira como a década perdida, porque ficamos como um cachorro, querendo morder seu próprio rabo. Ou seja, tentando nivelar a inflação e tentando resolver o problema de maiores pagamentos. Não se resolveu absolutamente nada, se perderam 10 anos com um crescimento medíocre, com inflação alta, com falta de criação de empregos, com piora na distribuição de renda, e com o agravamento dos problemas sociais latino-americanos, principalmente problemas urbanos, como pobreza, habitação, saneamento, educação, saúde, etc. Na redemocratização brasileira, a partir de março de 1985, aconteceu isso e continuamos com os mesmos problemas estruturais econômicos.

***IHU On-Line* – Quais teriam sido outras alternativas econômicas, quando se esgotou o "milagre econômico"?**
Wilson Cano – Infelizmente não foi possível juntar em uma mesma mesa Brasil, Argentina e México, principalmente esses três, que respondiam por um peso muito grande da dívida externa dos países subdesenvolvidos, em especial da América Latina, porque evidentemente esses países estavam fragmentados por interesses externos muito diferentes. O México com seus interesses colados na economia norte-americana, a Argentina com um pressuposto ideológico muito complicado, pró-americano. Ela sempre tentou conduzir o estado argentino para uma forma liberal. Com isso sofreu uma desestabilização do mercado interno. Então eles não se uniram para tentar fazer uma frente para enfrentar o capital financeiro internacional, tentarem obter, no mínimo, uma negociação da dívida externa, em bases mais condizentes com as necessidades da população. Isso não foi feito ou não foi possível, de qualquer maneira. Houve até ensaio para essa tentativa com os presidentes Alfonsin e com Sarney em 1985, que resultou na criação do livre comércio e mais tarde no Mercosul, mas foi uma amizade sem qualquer resultado objetivo.

***IHU On-Line* – Haveria possibilidades de estabelecer semelhanças e diferenças entre o modelo instalado pelo golpe militar, o modelo posterior do governo FHC e o modelo econômico atual do presidente Lula?**

Wilson Cano – Nós tivemos um período de largo crescimento entre 1967 e 1980. Depois tivemos, na década de 1980, uma paralisia, houve o problema da inflação, juros, de resolução do problema da dívida externa e mais nada. Depois, nos anos 1990, foi o neoliberalismo, que trouxe os grandes problemas de inflação, de dívida pública, dívida externa, etc. Só que agora a política econômica adotada foi ainda pior. Antes, pelo menos, nós tínhamos salva-guardas, nós tínhamos grau de proteção para nossa economia e para nosso emprego e tudo isso foi jogado fora com a política de abertura comercial e financeira, a partir já do governo Collor, em 1990. Nós jogamos fora tudo isso. Então hoje eles nos invadem 24 horas por dia. Atualmente a situação é diferente, as políticas são diferentes, a dos anos 1990 e a dos anos 1980, mas continuamos como cachorros, querendo morder o próprio rabo. Estamos tentando evitar que a inflação suba, tentando evitar que a dívida pública interna suba muito, e tentando fazer com que o problema da dívida externa não derrame no chão. Temos uma mesma política econômica de curto prazo, tentando buscar inutilmente a estabilidade a todo custo e com isso estamos repetindo os mesmos erros da década de 1980 só que piorados, porque além de não crescermos praticamente nada, como nos anos 1980, agora a situação, com a mudança das tecnologias, com uma série de mudanças na estrutura produtiva fizeram com que o desemprego na América Latina mais do que duplicasse. Então nós estamos numa situação muito pior do que nos anos 1980.

***IHU On-Line* – A geração que está governando foi uma geração que lutou contra o golpe militar e contra o governo militar.**
Wilson Cano – Sim. Eles foram contra as políticas ortodoxas monetárias contra esse controle férreo do gasto público, contra as privatizações, contra tudo. Só que são eles que estão no poder agora.

***IHU On-Line* – O que está faltando? Vontade política?**
Wilson Cano – Essa é uma pergunta de caráter político muito complicada. Eu mesmo fazia parte da assessoria do PT. Fazia parte do grupo mais alto de economistas do Partido. Esses anos todos ficamos discutindo e escrevendo, fazendo o programa do partido. Eu não fui para o governo, tive uma briga muito séria dentro do partido em julho de 2002, porque me rebelei contra algumas coisas que estavam sendo ditas, portanto eu me afastei.

***IHU On-Line* – Seu afastamento do PT foi por causa do modelo econômico que se preparava para quando Lula fosse governo?**
Wilson Cano – Justamente, porque eles estão dando continuidade ao modelo neoliberal do Fernando Henrique Cardoso. A única solução acertada é a política externa. Vamos ver até onde vai ser possível. Mas, de resto é a mesma coisa.

***IHU On-Line*- Na atualidade o senhor continua sendo um dos assessores econômicos do governo, tem alguma participação?**
Wilson Cano- Não, nenhuma. Não me retirei do partido, porque ainda tenho alguma esperança, não sei se é ingenuidade minha, de que se possa discutir e mudar isso dentro do partido. Cada dia que passa vejo isso mais longínquo.

***IHU On-Line*- Se o governo estivesse mais aberto a escutar os economistas e intelectuais mais críticos, haveria uma mudança?**
Wilson Cano- Você vê o que está se passando agora sob o cenário de uma crise ética, de corrupção. Na verdade, está sendo encoberta uma luta interna dentro do governo. O discurso

do Palocci alguns dias atrás na televisão é sintomático. Ele insistiu que a manutenção da política econômica ia ser a mesma. O acontecido com José Dirceu e o tratamento dado a José Dirceu pelo partido desviou a atenção da política econômica. Estamos sendo bombardeados por essa coisa de corrupção. Eu não digo que não haja corrupção, que tenha sido inventada. Esse fato está sendo usado para bombardear a parte do governo que quer mudanças.

***IHU On-Line*- E o senhor acha que essa tentativa de mudança é representada pelo Ministro José Dirceu?**
Wilson Cano- Em alguns fragmentos de discurso, algumas atitudes, declarações tenho visto isso. O partido está amordaçado com essa política econômica que aí está.

"O GOLPE DIVIDIU A IGREJA E A SOCIEDADE"

Entrevista com Pe. Beozzo

José Oscar Beozzo é padre, teólogo e historiador, um dos maiores historiadores da Igreja na América Latina. É coordenador geral do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular – Cesep. É autor de inúmeros livros, entre os quais A Igreja do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1993. Faz parte do Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA-Brasil), filiado à Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e no Caribe (CEHILA).

***IHU On-Line* – Qual foi a reação da Igreja no golpe militar de 1º de abril de 1964?**
José Oscar Beozzo – A sociedade brasileira estava profundamente dividida naquele momento e a Igreja também. Alguns setores importantes da Igreja apoiavam as reformas do governo Goulart, mas havia outros que não o faziam. Oficialmente a CNBB apoiava a reforma agrária, a reforma administrativa, a reforma educacional, um leque de reformas. Em 1962, houve uma declaração importante da CNBB nesse sentido, outra em 1963, quando havia muita controvérsia no País. A maior delas era em relação ao pagamento das terras desapropriadas: se o Estado podia ou não pagar em títulos, porque a direita pressionava para que o governo pagasse em dinheiro. Não havia problema que o Estado pagasse em títulos, mas a direita nunca aceitou[1]. Nos dias que precederam o golpe, aconteceu uma reunião em São Paulo entre D. Carlos Carmelo Motta, cardeal de São Paulo, Dom Hélder Câmara, respectivamente presidente e secretário da CNBB, e o presidente Jango, porque a situação estava indo para o abismo. Inclusive foi o presidente que pediu a reunião. Eles impuseram uma condição: não haver fotos. Terminada a reunião, o presidente pediu permissão para tirar uma foto com o pessoal dele e no dia seguinte a foto que saiu estampada na primeira página dos jornais foi a do presidente, junto com o cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo Motta, e com Dom Hélder. Ela foi usada politicamente. Do outro lado, havia a campanha do padre Peyton, norte-americano, da Marcha com Deus pela família[2], contra o comunismo, que mobilizou 500 mil pessoas. Bispos da extrema direita, como Dom Geraldo Proença Sigaud, arcebispo de Diamanatina, MG, dizendo que o Estado não tinha direito de fazer reforma agrária, de dividir a

[1] A idéia que pe. Beozzo pretende passar é de que a Igreja aceitava que o pagamento das terras para desapropriação fosse feita mediante o pagamento de títulos. Era a proposta do governo Goulart. A direita queria que o pagamento fosse feito em dinheiro. Isso inviabilizava a reforma agrária. Em 1965, por ironia da história, o Estatuto da Terra promulgado pela ditadura militar, vai admitir o pagamento em títulos e não em dinheiro. (Nota do IHU).
[2] Trata-se da campanha da reza do terço em família, cujo lema era "família que reza unida permanece unida" que mobilizou as marchas contra o comunismo. (Nota do IHU)